EDITORIAL

O sector das indústrias de energia

Quando intentamos qualificar o âmbito onde se situa a razão de ser da revista ELECTRICIDADE, onde decorre a sua acção e por onde se fixam os seus objectivos, temo-nos referido com frequência ao sector das indústrias de energia.

Também, em muito do que se diz e escreve relacionado com assuntos económicos ou sociais, especialmente quando se trata de questões industriais, aquela síntese, «sector das indústrias energéticas», aparece-nos muitas vezes no comentário, no enunciado e na informação dos temas apropositados.

Pode entender-se, encarando apenas aspectos restritos do conceito, que, normalmente, não se vai além de caracterizar e definir o sector, como o grupo de actividades económicas, secundárias ou terciárias, intervenientes na produção, transporte e distribuição de energia. Se pensarmos, porém, com mais cuidada observação, nos contornos que limitam o campo das implicações que influenciam preponderantemente a indústria e são sectorialmente interdependentes, fora do âmbito restrito do serviço de energia, temos de reflectir acerca de alguns aspectos que caracterizam os empreendimentos energéticos e completar aquele conceito incluindo outras actividades no sector.

No campo da energia eléctrica, confirmamos este entendimento seguindo dois caminhos.

Primeiramente, apontemos o que se passa quanto às estruturas, em meios humanos e materiais, indispensáveis ao equipamento do serviço.

As montagens e as reparações (no todo ou em parte) são sempre inerência da empresa promotora. Inevitavelmente, portanto, em maior ou menor grau, o empreendimento engloba quase sempre, o projecto e a produção directa de material eléctrico ou as respectivas adaptação, montagem e reparação.

Não é, consequentemente, despropositado admitir que os serviços de produção e de distribuição de electri-

cidade abranjam a actividade subsidiária da produção de material eléctrico.

Mas, encarando o problema do lado da produção de equipamentos mecânicos e eléctricos, exterior ao empreendimento que os utiliza, tudo se passa, afinal, como se, a montante das estruturas próprias do serviço da electricidade, a actividade produtora de material eléctrico exercesse função activa no sector das indústrias da energia eléctrica. Ela é integrante da actividade sectorial. Por outro lado, todavia, não se desenvolve praticamente por outra missão, além de equipar e fornecer meios e instrumentos prestantes aos serviços da electricidade.

Em segundo lugar, sigamos caminho diferente.

A «produção», no que respeita a energia, não a «produz», «transforma-a».

Quando a fonte básica energética tem origem na hidrodinâmica, a indústria da electricidade abrange, necessariamente, o projecto e a promoção dos empreendimentos hidroleléctricos; a sua actividade contorna-se pelo aproveitamento da gravidade pela queda das águas, desde a sua origem natural até à transformação da energia mecânica em energia eléctrica.

Nos aproveitamentos termoeléctricos, quando o calor passa pela sua transformação em energia mecânica, a actividade sectorial abrange obviamente essa transformação, qualquer que seja a origem das fontes de calor a transformar: — o carvão, o petróleo, a cisão nuclear.

Por sua vez, todavia, a preparação dos combustíveis de base, tal como naturalmente se encontram, para os adaptar à queima ou à cisão do átomo (por exemplo: a acção de refinar ou de «enriquecer») são promoções activas da indústria da energia; tanto como são as sequentes transformações da energia térmica em energia electromecânica.

Com estas razões, pensamos que as actividades secundárias exercidas, por exemplo, sobre o petróleo. o carvão ou o urânio (na linha das transformações de energia, características da produção energética) são parte integrante do sector industrial, cujo âmbito se caracteriza pelo grupo das actividades sócio-económicas (secundárias ou terciárias) adstritas à produção, transporte e distribuição de energia.

Quando nos referimos, pois, ao sector das indústrias de energia não nos podemos afastar da produção industrial de material mecânico-eléctrico e das actividades transformadoras dos produtos naturais que são fontes básicas energéticas: pensamos que estas actividades são integrantes do sector. Neste sentido lato, devemos compreendê-lo e caracterizá-lo.

0

Com plena legitimidade, interrogam-se os leitores, que se detiveram na leitura destas linhas, acerca da importância que sofisticadamente se pode atribuir à discussão tão especulativa de tal questão, em termos que justifiquem a inspiração deste editorial.

Com efeito, tão grandes problemas de ordem financeira, económica ou social, pesam, na actualidade, sobre o sector nacional da indústria energética, que custa a aceitar, se percam tempo e «feitio» a divagar sobre temas de retórica quase inútil sem qualquer conteúdo realista.

Este entendimento é, todavia, apenas aparente.

Tentamos, efectivamente, completar este artigo, rebuscando, na apresentação daquele enunciado de meticulosidades taxonómicas, alguns reflexos de interesse objectivo e concreto, para a actividade sectorial.

•

No decurso do próximo decénio, o nosso País tem grandes tarefas a concretizar na planificação e na promoção de meios energéticos necessários ao desenvolvimento sócio-económico.

Temos lido e ouvido que a orientação política, que inspira os propósitos desse desenvolvimento, tem por aspiração predilecta a independência nacional.

Do ar que se respira e da ansiedade revolucionária, sobressai insistentemente esse objectivo altissonante.

No que respeita ao fomento da economia portuguesa, nomeadamente no que toca à problemática da energia, aquela predilecção, todavia, não é novidade na história do passado político recente.

O «nacionalismo» aplicável à produção e distribuição de energia (antigamente designava-se assim; a novidade está apenas na palavra) foi o espírito e a razão motora que inspiraram, nos anos quarenta, a preparação do fomento da electricidade nacional e a respectiva concretização no decurso do vinténio seguinte.

Então, quando se partiu do zero e se evoluiu progressivamente na almejada «independência» ou nacionalização da energia, não se atingiu resultado em absoluto positivo. Entretanto, não obstante, os objectivos foram alcançados plenamente em alguns domínios, como no que respeita, por exemplo, à nacionalização dos capitais de investimento na electrificação e na refinação de petróleos, e na preponderante influência das fontes básicas indigenas consumidas na produção de energia eléctrica.

Na evolução de três decénios da electrificação nacional, no que toca à aplicação dessas fontes, foi atingida

a independência possível.

O mesmo se não pode afirmar, todavia, em relação aos meios de produção dos equipamentos, imprescindíveis às estruturas do sector da energia, os quais consideramos factor irremovível daquela independência. Neste campo, o nacionalismo de há três decênios ficouse àquem da autonomia que foi alcançada para os outros factores da electrificação.

É preciso que o nacionalismo, que agora se chama «independência» e se diz revolucionário, se disponha a caminhar para resultados que «ultrapassem» o possível.

O planeamento, no que respeita ao sector das indústrias da energia, tem como objectivos determinantes, a satisfação e a segurança da «procura», na via do desenvolvimento. E mais: a independência possível da produção dos meios de equipamento a aplicar em novas estruturas electrificadoras.

Envolvendo todo o sector das indústrias da energia, temos grande tarefa a realizar. Este programa, porém, não pode amputar a actividade sectorial de importantes empreendimentos que, em boa verdade, a integram.

O grupo de empresas do sector compreende também, além das que preparam o carvão, o petróleo e a matéria prima nuclear e das que, especificadamente, produzem e distribuem a energia eléctrica, aquelas que produzem os respectivos equipamentos e são as indústrias de apoio integrante do desenvolvimento sectorial.

O fomento coordenado das promoções energéticas e os seus objectivos de independência possível envolvem

e aplicam-se a todas as actividades do grupo.

O âmbito do sector energético exige: definição e contornos audaciosamente largos para que se alcance, no pensamento e na acção, o «nacionalismo» desejado. No passado, talvez não tenhamos ido tão longe como se devia na expansão das indústrias transformadoras do sector e, consequentemente, portanto, na nacionalização dos bens de equipamento da rede eléctrica nacional.

Se as intenções expressas neste editorial forem cabalmente compreendidas e aceites, a explanação retórica atrás «cometida», alcança alguma probabilidade de se não qualificar de inútil

F. do A.